

Práticas Familiares e Representações das Diferenças entre os Sexos

Gabrielle Poeschl¹

A ideologia da feminilidade, desenvolvida para justificar as desigualdades entre os sexos que emergiram das mudanças produzidas pela Revolução Industrial, continua, actualmente, a justificar práticas que contribuem, por sua vez, para manter as desigualdades entre homens e mulheres. De forma a demonstrar o modo como as representações, relações e práticas sociais se reforçam reciprocamente apresentamos alguns resultados de estudos que indicam que (a) as práticas adoptadas pelos cônjuges são mais influenciadas pelas representações das práticas dos outros do que pelas opiniões acerca dos papéis conjugais; (b) diferenças nas representações das práticas dos outros não são associadas a diferenças nas representações dos papéis de género, que maioritariamente variam em função da pertença sexual; (c) os julgamentos de diferentes tipos de organização familiar variam, pelo contrário, em função do grau de crença na existência de diferenças entre sexos, uma elevada crença na diferença entre os sexos sendo associada à valorização das práticas tradicionais.

As práticas familiares reflectem uma forte desigualdade entre homens e mulheres que contradiz, de modo flagrante, a ética igualitária em que se baseia a nossa sociedade. No entanto, homens e mulheres consideram a organização familiar que adoptaram como justa e equitativa. Este facto não é apenas surpreendente. Ele é também socialmente importante na medida em que as práticas familiares tradicionais contribuem para a manutenção das posições desiguais dos homens e das mulheres na sociedade.

A teoria das representações sociais proporciona ferramentas teóricas e metodológicas que permitem analisar e compreender este fenómeno. É neste quadro de análise que, desde alguns anos, temos vindo a estudar a relação entre as práticas familiares e diversos aspectos das representações sociais dos papéis de género. Consideramos as representações sociais como conjuntos estruturados de opiniões, que organizam as relações entre os indivíduos e os grupos (Doise, 1990) e, à semelhança de muitos autores (Spence, Deaux, & Helmreich, 1985), os papéis de género como as características e os comportamentos considerados como apropriados, e esperados, por parte dos homens e das mulheres.

Num quadro de análise mais alargado, procuramos igualmente articular as concepções de duas grandes correntes de estudo sobre representações sociais, a Escola de Genebra e a Escola de Provença. Segundo a Escola de Genebra, as representações sociais reflectem as relações sociais e contribuem para a manutenção dessas relações (Doise, 1985), enquanto que, para a Escola de Provença, as representações sociais e as práticas sociais constroem-se mutuamente (Abric, 1987). A articulação entre ambas as perspectivas não é difícil se se considerar que as práticas sociais: (a) estão ligadas a inserções sociais específicas num conjunto de relações sociais, (b) são prescritas e, assim, constituem objectos de representações, (c) traduzem as relações sociais e contribuem “naturalmente” para a manutenção dessas relações.

Aplicando esta articulação ao nosso objecto de estudo, pretendemos mostrar que as práticas familiares, as relações entre os sexos e as representações dos papéis de género formam um conjunto de determinantes que se reforçam reciprocamente. Para demonstrar esta ideia, impõe-se que voltemos atrás na história.

Posições sociais desiguais e emergência da ideologia da feminilidade

Muitas vezes, julgamos que o que é verdadeiro na nossa sociedade é natural e normal,

¹ Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Membro do Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento.

e que sempre foi assim em outras épocas e em outras culturas. Por exemplo, a crença segundo a qual, nos primeiros grupos humanos, os homens iam caçar para dar de comer à família enquanto as mulheres ficavam no acampamento com as crianças é comum, mas inexacta. Parece, pelo contrário, que, nos primeiros grupos humanos, os homens e as mulheres eram mais iguais do que em muitas sociedades tecnicamente mais avançadas (Nielsen, 1990).

Parece também que o estatuto da mulher foi particularmente baixo na sociedade ocidental no fim do Séc. XIX, em consequência das mudanças produzidas pela Revolução Industrial. Devido à mecanização do trabalho, os homens começaram a sair de casa para trabalhar enquanto que, nas classes médias, as mulheres ficavam em casa para executar o trabalho doméstico e cuidar das crianças. Ao mesmo tempo, o salário tornava-se a medida do valor do trabalho e, por extensão, de quem o realiza (Segalen, 1996).

Com a propagação, ao longo do Séc. XIX, do modelo de organização familiar das classes médias, assistimos à emergência de inúmeras teorias que procuram explicar a posição social dos dois sexos em termos de disposições naturais. Medidas do crânio atestam a inferioridade intelectual das mulheres (Gould, 1983), um traço comum a todas, e que justifica que a educação das mulheres se limite a aspectos da vida prática (Shields, 1986). Apesar de estar em contradição flagrante com as práticas anteriores e as práticas das mulheres das classes inferiores que acumulam o trabalho na fábrica e em casa, o novo conceito de feminilidade consegue impor a ideia de que as mulheres são criaturas frágeis, que têm qualidades e competências particulares para cuidar das crianças. Por um acaso feliz, descobre-se também que estas precisam da constante atenção da mãe (Nielsen, 1990).

Apesar da indiscutível melhoria da situação das mulheres, existe ainda hoje, muita desigualdade entre homens e mulheres. A pertença sexual continua a ser um princípio organizador da ordem social. Ela determina a posição hierárquica dos indivíduos na sociedade em geral e na família em particular onde, nomeadamente, define a distribuição do trabalho familiar (Wiley, 1995). Neste contexto, as

práticas familiares tradicionais não se limitam a reflectir e a manter as desigualdades entre os sexos na família, mas contribuem também para a manutenção das posições assimétricas dos homens e das mulheres na sociedade (Burr, 1998). Mais importante ainda, é a impressão de que uma mudança no mundo profissional não seria suficiente para conseguir pôr termo à dominação masculina, na medida em que esta estaria, antes de tudo, enraizada na família (Giddens, 1982).

Manutenção das práticas familiares tradicionais: Desigualdade e satisfação

Para apoiar estes pontos de vista, os estudos realizados sobre a organização familiar mostram, de forma consistente, que o ingresso em massa das mulheres no mundo profissional não produziu uma grande mudança nas práticas familiares (Baudelot & Establet, 1992; Spence, Deaux & Helmreich, 1985). Embora o poder familiar pareça dividir-se de forma mais ou menos igual ao nível das decisões quotidianas, existiria, para além deste nível, uma zona de competências onde o poder masculino permanece intocável (Kellerhals, Troutot & Lazega, 1993). Por outro lado, os estudos sobre a divisão do trabalho familiar demonstram que a participação dos homens nas tarefas domésticas continua a ser pouco significativa (Poeschl, 2000; Stohs, 1995), que as mulheres continuam a assegurar mais de metade do trabalho parental e continuam a ser consideradas como as principais responsáveis pelas crianças (Wille, 1995).

Embora as práticas familiares reflectam uma forte desigualdade entre homens e mulheres, as mulheres não só consideram que a organização familiar adoptada no casal é justa e equitativa, mas também a descrevem, na sua maioria, como satisfatória, independentemente da forma como os cônjuges partilham o poder e o trabalho. Têm sido propostas várias explicações na tentativa de compreender este paradoxo: a existência de expectativas generalizadas de que os homens tenham mais poder do que as mulheres (Felmlee, 1994); a necessidade, por parte das mulheres, de ajustar as suas exigências, por serem confrontadas com múltiplas situações de inequidade (Baxter &

Western, 1998); a existência de concepções da justiça diferentes nos homens e nas mulheres (Gilligan, 1982); a dificuldade de equacionar desigualdade e injustiça (Roux, 1999).

Mais recentemente, o contributo das mulheres para a reprodução das desigualdades na família foi também objecto de atenção: foi sugerido que se o menosprezo dos homens pelas mulheres se exprime em público, o menosprezo das mulheres pelos homens poderia exprimir-se em privado, através da infantilização dos homens em casa (Müller, 1998). No que nos diz respeito, pensamos que as teorias desenvolvidas no Séc. XIX continuam a legitimar as desigualdades que se pode ainda observar na família. Com efeito, as representações actuais dos papéis de género estão ancoradas nestas teorias, re-construídas pelos diversos grupos sociais em função de sua posição na sociedade (ver, no que respeita ao processo de ancoragem, Moscovici, 1976).

Representações dos papéis de género e explicação das práticas tradicionais

Ao iniciar os nossos estudos sobre a relação entre as práticas familiares e as representações dos papéis de género, observámos que a influência das crenças, dos valores ou das normas sobre as práticas adoptadas pelos indivíduos é difícil pôr em evidência visto que os cônjuges justificam a sua organização familiar por explicações particularizadas que ocultam a rela-

ção entre práticas e representações. Constatámos no entanto que as práticas efectivamente adoptadas pelos indivíduos podiam ser preditas pelas suas representações das práticas dos outros. Por sua vez, as representações das práticas dos outros eram associadas à crença na existência de diferenças entre os sexos (Poeschl, 2000).

Estes resultados levaram-nos a examinar se diferentes representações das práticas familiares normativas eram associadas a diferentes opiniões sobre os papéis de género (Poeschl & Seródio, 1998). A relevância desta ideia era apoiada por diversos trabalhos, que mostram que o modo como os homens representam os papéis de género masculinos contribui para a formação de diferentes papéis conjugais, nomeadamente tradicional, cooperativo ou igualitário (Mintz & Mahalik, 1996). Para estudar a relação entre as representações das práticas familiares e as representações dos papéis de género, pedimos a adultos casados para avaliarem a participação típica dos dois cônjuges em várias tarefas domésticas, parentais ou decisões familiares, e para indicarem o seu grau de acordo com uma série de proposições relativas a diversas dimensões dos papéis de género.

A avaliação da participação masculina no trabalho familiar serviu de base para dividir os participantes em dois grupos (um com um modelo de organização familiar de tipo tradicional e outro com um modelo de tipo cooperativo). Aplicámos uma análise factorial sobre

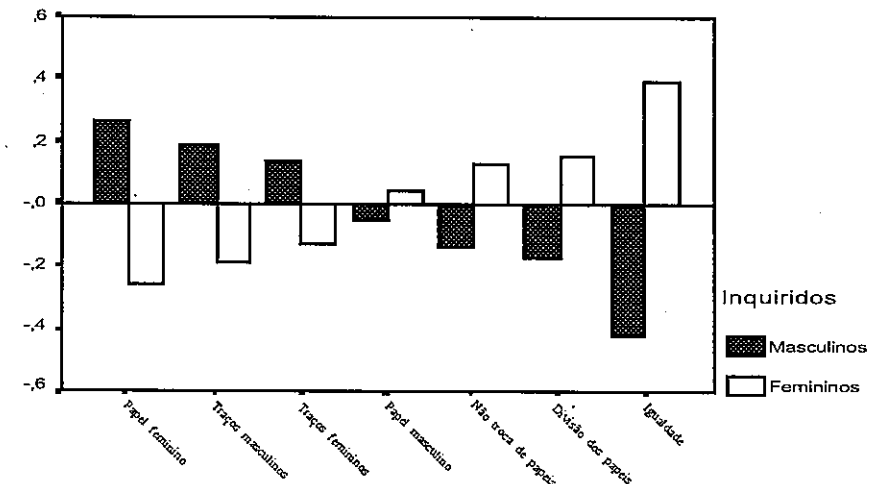


Figura 1. Grau de acordo com as sete dimensões dos papéis de género, em função do sexo de pertença do inquirido

as opiniões expressas acerca dos papéis de género e comparámos as posições dos inquiridos nas sete dimensões extraídas pela análise, em função da pertença sexual e da representação do casal típico. Ao contrário do que esperávamos, as diferenças nos papéis de género foram inteiramente explicadas pela pertença sexual.

Como se pode observar na Figura 1, os respondentes masculinos consideram, mais do que os respondentes femininos, que as mulheres devem assumir o seu papel tradicional na família, que é importante para os homens possuírem traços tipicamente masculinos e valorizar o poder, e que é importante para as mulheres possuírem traços tipicamente femininos. Por sua vez, os inquiridos femininos declaram-se mais igualitaristas do que os inquiridos masculinos, mas mostram-se também mais inclinados para pensar que as mulheres possuem competências particulares que tornam desejável uma separação dos papéis conjugais, e que a falta de competências masculinas torna difícil uma intermutabilidade entre os cônjuges. O único ponto em que os dois grupos sexuais não se diferenciam diz respeito ao papel familiar tradicional masculino.

Pode-se constatar que as representações dos grupos sexuais são estruturadas de modo a preencher a sua dupla função: dar sentido à realidade social e proteger a identidade social dos indivíduos (Mugny & Carugati, 1985). Assim, cada grupo acentua os aspectos dos papéis de género que mais reforçam a sua identidade positiva: os homens sublinham as diferenças de traços e as mulheres as diferenças de competências. Contudo, pode-se observar também que as representações das mulheres, tal como as representações dos homens, ao dar sentido às práticas familiares, legitimam a participação desigual dos cônjuges nessas actividades. Portanto, ambas as representações favorecem a manutenção da discriminação entre os sexos, contribuindo, à semelhança de outras representações, para a reprodução da ordem social (Poeschl, 1999).

Se as representações dos papéis de género legitimam, de forma geral, que os homens e as mulheres participem de forma diferenciada nas tarefas familiares, elas não permitem prever a importância dos contributos dos dois

cônjuges para essas actividades. Inferimos, por conseguinte, que as variações na importância desses contributos estão mais particularmente relacionadas com o grau em que os indivíduos acreditam na existência de diferenças entre os sexos. O facto dos indivíduos poderem variar no grau em que acreditam ou não em certas representações foi recentemente alvo de atenção. Segundo Moscovici (2000), seria um aspecto relevante da investigação sobre representações sociais, na medida em que a vida mental dos indivíduos ou dos grupos é "uma mistura do que consideramos ser verdade porque o acreditamos, e do que acreditamos porque o consideramos ser verdade" (p. 254).

Crenças nas diferenças entre os sexos e manutenção da ordem social

Para avaliar a relação entre o grau de crença nas diferenças entre os sexos e as práticas familiares, realizámos um estudo com cinco versões diferentes dum mesmo questionário (Poeschl & Silva, 2001). Seguindo um procedimento utilizado por Smoreda (1996), cada versão apresentava dois cônjuges (a Cristina e o Filipe) que se distribuem o trabalho e o poder familiar de forma diversificada. Mais precisamente, eles são colocados, segundo as versões, num dos cinco papéis seguintes: (a) activo (eles participam maioritariamente no trabalho e nas decisões familiares); (b) executante (eles participam maioritariamente no trabalho e minoritariamente nas decisões familiares); (c) dirigente (eles participam maioritariamente nas decisões e minoritariamente no trabalho familiar); (d) passivo (eles participam minoritariamente no trabalho e nas decisões familiares); (e) igualitário (eles participam por metade no trabalho e nas decisões familiares).

Os inquiridos eram adultos casados, todos docentes do nível secundário, ou seja pertencendo a uma população geralmente considerada homogénea e progressista (Bidou, 1984). Convidamo-los, entre outros, a avaliar o modelo de organização familiar que lhes era apresentado e a exprimir a sua opinião sobre a igualdade de direitos e de competências dos homens e das mulheres.

Quatro dimensões foram extraídas pela

análise factorial aplicada nessas respostas. Elas referem-se, respectivamente, à idealidade do casal descrito, à sua tipicidade, à igualdade de direitos dos dois sexos e às suas diferenças de competências. Para testar o efeito do grau de crença nas diferenças entre os sexos, os participantes foram divididos em dois grupos por uma análise de classificação rápida (*SPSS quick cluster analysis*) aplicada às respostas sobre a igualdade de direitos e as diferenças de competências. Os grupos formados são caracterizados por um grau de acordo elevado, apesar de significativamente diferente, com o princípio da igualdade de

direitos dos dois sexos, mas exprimem opiniões muito diferentes no que respeita às diferenças de competências entre homens e mulheres.

Uma comparação dos julgamentos expressos pelos dois grupos relativamente aos modelos de organização familiar propostos revela que os adultos não se diferenciam na forma como avaliam a tipicidade dos papéis conjugais: Como mostra a Figura 2, Cristina é julgada mais típica do que Filipe nos papéis executante, activo ou igualitário, e Filipe é considerado mais típico do que Cristina nos papéis passivo e dirigente.

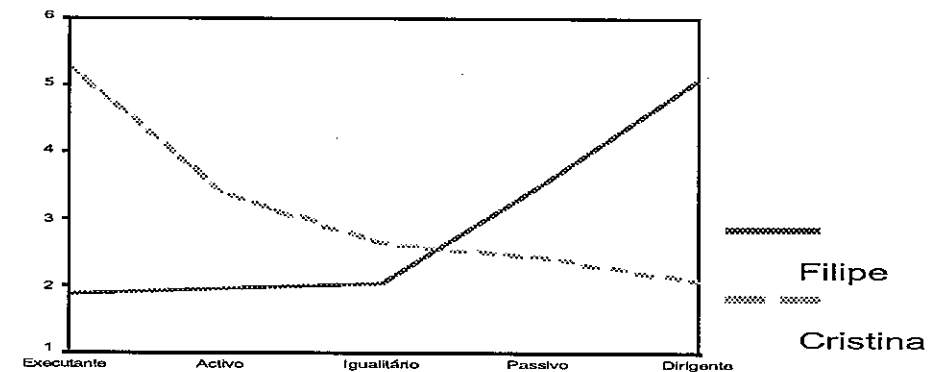


Figura 2. Grau de tipicidade dos papéis conjugais em função do sexo do cônjuge

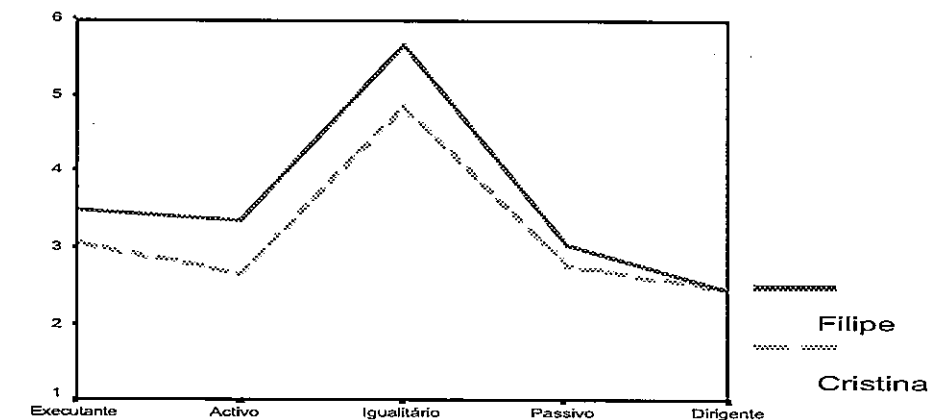


Figura 3. Baixa crença: Grau de idealidade dos papéis conjugais, em função do sexo do cônjuge.

Pelo contrário, os dois grupos diferem radicalmente nos julgamentos que exprimem relativamente à idealidade dos papéis conjugais. Pode-se observar na Figura 3 que os respondentes com baixa crença nas diferenças entre os sexos

não diferenciam as suas respostas em função do sexo do cônjuge descrito, enquanto que o julgamento de idealidade dos inquiridos com elevada crença é baseado na pertença sexual. Como se vê na Figura 4, é mais ideal para estes

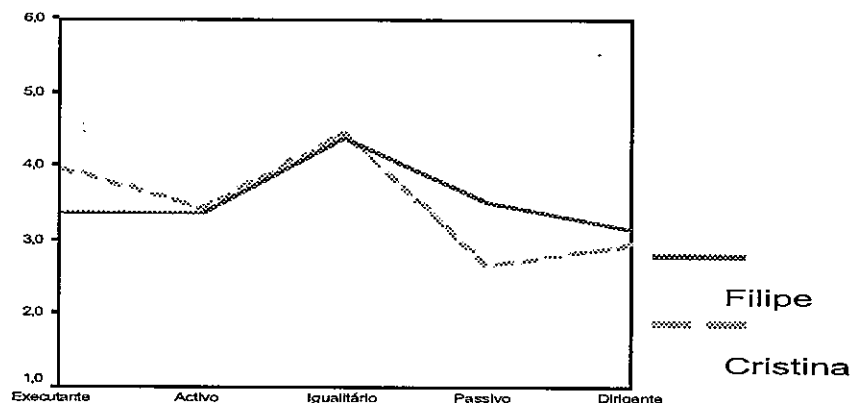


Figura 4. Elevada crença: Grau de idealidade dos papéis conjugais, em função do sexo do cônjuge.

inquiridos que o Filipe esteja no papel passivo do que a Cristina e é mais ideal que a Cristina esteja no papel executante do que o Filipe. De facto, os inquiridos com elevada crença (dentro dos quais a metade das mulheres interrogadas) consideram que é tão ideal que a Cristina assuma o papel de executante do que o papel igualitário. Uma comparação das respostas dos dois grupos revela, ainda, que os respondentes com uma elevada crença nas diferenças entre os sexos diferem dos outros por julgarem mais ideal que os cônjuges desempenhem os seus papéis tradicionais e por considerarem menos ideal que o Filipe esteja no papel igualitário.

Em suma, os resultados sugerem que uma elevada crença na existência de diferenças entre os sexos associa-se a uma percepção favorável das práticas familiares tradicionais - que favorecem a reprodução das relações assimétricas entre os sexos -, ao passo que uma baixa crença na existência dessas diferenças se associa a uma concepção igualitarista dos papéis conjugais. Tal como predito, o grau de crença nas diferenças entre os sexos parece estar relacionado com variações na participação dos cônjuges na organização familiar, e uma elevada crença nessas diferenças, que se pode apoiar nas diversas dimensões das representações dos papéis de género, poderá contribuir eficazmente para a manutenção da ordem social.

Conclusão

Os nossos dados apoiam a ideia de que as relações sociais, as práticas sociais e as repre-

sentações sociais constituem um conjunto de determinantes que tendem a se reforçar reciprocamente. Assim, diferentes teorias foram desenvolvidas no Séc. XIX para justificar a desigualdade das posições dos homens e das mulheres na sociedade, consequência de novas práticas sociais. Estas teorias formam, na actualidade, a base de representações que contribuem, por sua vez, para a justificação das práticas familiares tradicionais e para a manutenção das desigualdades entre os homens e as mulheres na sociedade.

Dentro dos diversos resultados, pode-se sublinhar o grande número de mulheres casadas que parecem partilhar a crença na existência de diferenças entre os sexos. Este facto vai no sentido de apoiar a opinião segundo a qual as mulheres contribuem activamente para a reprodução das desigualdades na família. Contudo, resta determinar se as mulheres casadas são levadas a racionalizar os comportamentos que adoptam na família devido à pressão social (Eagly, 1987) ou se estão motivadas para manter as relações tradicionais no casal (Müller, 1998).

Bibliografia

- Abric, J.C. (1987). *Coopération, compétition et représentations sociales*. Cousset: Editions Delval.
- Baudelot, C., & Establet, R. (1992). *Allez les filles!* Paris: Editions du Seuil.
- Baxter, J., & Western, M. (1998). Satisfaction with housework: Examining the paradox. *Sociology*, 32, 101-120.

- Bidou, C. (1984). *Les aventuriers du quotidien. Essai sur les nouvelles classes moyennes*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Burr, V. (1998). *Gender and social psychology*. London: Routledge.
- Doise, W. (1990). Les représentations sociales. In R. Ghiglione, C. Bonnet, & J.F. Richard (Eds.), *Traité de psychologie cognitive* (pp.113-174). Paris: Dunod.
- Doise, W. (1985). Les représentations sociales: Définition d'un concept. *Connexions*, 45, 243-253.
- Eagly, A.H. (1987). *Sex differences in social behavior: A social-role interpretation*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Felmlee, D.H. (1994). Who's on top? Power in romantic relationships. *Sex Roles*, 31/5/6, 275-295.
- Giddens, A. (1982). *Sociology: A brief but critical introduction*. London: MacMillan.
- Gilligan, C. (1982). *In a different voice*. Cambridge, Ma: Harvard University Press.
- Gould, S.J. (1983). *La mal-mesure de l'homme*. Paris: Editions Ramsay.
- Kellerhals, J., Troutot, P.Y. & Lazega, E. (1993). *Microsociologie de la famille*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Mintz, R.D., & Mahalik, J.R. (1996). Gender role orientation and conflict as predictors of family roles for men. *Sex Roles*, 34, 11/12, 805-821.
- Moscovici, S. (2000). Ideas and their development: a dialogue between Serge Moscovici and Ivana Markowa. In G. Duveen (Ed.), *Social representations*. Cambridge: Polity Press.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Mugny, G., & Carugati, F. (1985). *L'intelligence au pluriel*. Cousset: Delval.
- Müller, U. (1998). The micropolitics of gender differences in family life. In V. Ferreira, T. Tavares, & S. Portugal (Eds.), *Shifting bonds, shifting bounds*. Oeiras: Celta Editora.
- Nielsen, J.M. (1990). *Sex and gender in society. Perspectives on stratification*. Prospect Heights, Ill: Waveland Press.
- Poeschl, G. (2000). Trabalho doméstico e poder familiar: Práticas, normas e ideais. *Análise Social*, 35, 695-719.
- Poeschl, G. (1999). Intelligence masculine et intelligence féminine. In B. Bril, P. Dasen, C. Sabatier & B. Krewer (Eds.), *Propos sur l'enfant et l'adolescent - Quels enfants pour quelles cultures?* (pp. 297-315). Paris: L'Harmattan.
- Poeschl, G., & Silva, A. (2001). Efeito das crenças nas diferenças entre os sexos na percepção e no julgamento das práticas familiares. *Psicologia*, 15, 1, 93-113.
- Poeschl, G., & Serôdio, R. (1998). Rôles de genre, travail familial et pouvoir familial: Représentations et relations. *La Revue Internationale de l'Education Familiale*, 2, 2, 5-23.
- Roux, P. (1999). *Couple et égalité: un ménage impossible*. Lausanne: Réalités sociales.
- Segalen, M. (1996). *Sociologie de la famille* (4e édition). Paris: Armand Colin & Mason.
- Shields, S. A. (1986). Fonctionnalisme, darwinisme et psychologie des femmes. Etude d'un mythe social. In M.C. Hurtig & M.F. Pichevin (Eds.), *La différence des sexes*. Paris: Tierce Sciences.
- Smoreda, Z. (1996). *Représentations de la personnalité sexuée et des rôles sociaux: quel principe organisateur pour quelle cohérence?* Communication présentée à la III Conférence Internationale sur les Représentations Sociales, Aix-en Provence.
- Spence, J.T., Deaux, K., & Helmreich, R.L. (1985). Sex roles in contemporary American society. In G. Lindzey, & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology*, Vol. 2 (pp. 149-178), 3^e Ed., Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Stohs, J.H. (1995). Predictors of conflict over the household division of labor among women employed full-time. *Sex Roles*, 33, 3/4, 257-275.
- Wiley, M.G. (1995). Sex category and gender in social psychology. In K.S. Cook, G.A. Fine, & J.S. House (Eds.), *Sociological perspectives on social psychology*. Boston: Allyn and Bacon.
- Wille, D.E. (1995). The 1990s: Gender differences in parenting roles. *Sex Roles*, 33, 11/12, 803-817.

Abstract

Poeschl, G. Family practices and representations of sex differences. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17/18, 2001/2002, 145-152.

The ideology of femininity, developed to justify the inequalities between the sexes that stemmed from the changes brought about by the Industrial Revolution, continues to justify presentday practices that, in turn, contribute to the maintenance of the inequalities between men and women. In order to illustrate how social representations, relations and practices form a set of mutually reinforcing determinants, we present some results of studies, which indicate that (a) the practices adopted by the spouses are more influenced by their representations of peers' practices than by their opinions about marital roles (b) differences in the representations of peers' practices do not go along with differences in the representations of gender roles, that mostly vary as a function of sex belongingness; (c) judgments on different types of family organization vary, on the contrary, as a function of the degree of belief in the existence of sex differences, a high belief in sex differences being associated with the valorization of traditional practices.

Résumé

Poeschl, G. Pratiques familiales et représentations des différences entre les sexes. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17/18, 2001/2002, 145-152.

L'idéologie de la féminité, développée pour justifier les inégalités sexuelles issues des changements produits par la Révolution Industrielle, continue aujourd'hui à justifier des pratiques qui contribuent, à leur tour, au maintien des inégalités entre les hommes et les femmes. Pour illustrer comment représentations, relations et pratiques sociales se renforcent réciproquement, nous rapportons quelques résultats d'études qui indiquent que (a) les pratiques adoptées par les conjoints sont davantage orientées par leurs représentations des pratiques des autres que par leurs opinions sur les rôles conjugaux; (b) des différences dans les représentations des pratiques des autres ne vont pas de pair avec des différences dans les représentations des rôles de genre, qui varient largement en fonction de l'appartenance sexuelle; (c) les jugements portés sur différents types d'organisation familiale varient, par contre, selon le degré de croyance dans l'existence de différences entre les sexes, la croyance en l'existence de différences entre les sexes étant associée à la valorisation des pratiques traditionnelles.